

TRABALHADORES E PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (BAHIA, 1945-1946)

Edinaldo Antonio Oliveira Souza*

RESUMO: Na Bahia, assim como noutros importantes estados brasileiros, as conjunturas de participação do Brasil na Segunda Guerra e do imediato pós-guerra foram marcadas pela retomada do processo de organização e mobilização coletiva do operariado, após a dura reação sofrida desde o levante da ANL de 1935 e durante a vigência do regime estadonovista. A partir de fontes da imprensa e da Justiça do Trabalho, esta comunicação analisa a participação do operariado baiano no processo de transição da ditadura do Estado Novo para o Intervalo Democrático. Entrementes, avalia as iniciativas empreendidas pelos trabalhadores urbanos na luta pela satisfação das suas reivindicações mais imediatas e pela ampliação da cidadania operária.

Palavras-chave: Trabalhadores – transição democrática – luta por direitos

Os trabalhadores voltam à cena

Ora, nenhum trabalhador pode ser contra a greve. Ela é uma das armas essenciais para a defesa do proletariado. É uma conquista que custou grandes sacrifícios aos trabalhadores de todo o mundo... No Brasil, nós lutamos para garantir este direito. Somos desfavoráveis às greves provocadas em benefício de terceiros e não da classe operária. Somos ainda desfavoráveis a certos tipos de greve, neste momento, porque as mesmas poderão ser aproveitadas pelos nossos inimigos, para deter as conquistas do povo, entre as quais está o próprio direito de greve. Somos pela resolução pacífica de nossas questões, empregando a greve somente quando já estiverem esgotados todos os recursos para um entendimento entre patrões e trabalhadores.¹

Na Bahia, assim como noutros importantes estados brasileiros, as conjunturas de participação do Brasil na Segunda Guerra e do imediato pós-guerra foram marcadas pela retomada do processo de organização e mobilização coletiva operária, após a dura reação sofrida desde o levante da ANL de 1935 e durante a vigência do regime estadonovista. Foi também um contexto marcado pela aproximação dos trabalhadores com os organismos jurídicos e administrativos instituídos pela política trabalhista getulista, especialmente a partir da organização da Justiça do Trabalho (1941), da Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e da estrutura sindical corporativista.

Ao nível conjuntural, esta retomada foi favorecida pelos efeitos políticos e sócio-econômicos da Segunda Guerra Mundial e pelo definhamento da ditadura do Estado Novo. No plano interno, foi impulsionada pelas campanhas de mobilização popular contra o nazifascismo e o integralismo, pró-democracia e contra a carestia de vida. Relaciona-se ainda com o retorno de

antigos (e o surgimento de novos) ativistas comunistas e trabalhistas nos meios operários. Como observou João Falcão, no decurso desses acontecimentos “quebraram-se as correntes da ditadura que impediam o povo de manifestar-se publicamente”.²

Nesse contexto, vicejavam os ideais patrióticos e colaboracionistas preconizados pelo Estado e pelas correntes hegemônicas da militância operária, traduzidas nas teses do “esforço de guerra”, da “União Nacional”, da “cooperação entre as classes” e da “ordem e disciplina”. Entrementes, persistiam o despotismo patronal (descumprimento da legislação trabalhista, suspensões, multas, transferências de função, demissões sumárias, listas negras, etc.) e a repressão institucionalizada (Constituição de 1937, Tribunal de Segurança Nacional, DOPS, restrições jurídicas e administrativas à atividade sindical e ao direito de greve, prisões, inquéritos administrativos e criminais, censura, etc.).

Apesar dos limites impostos pela conjuntura, progressivamente verificou-se o envolvimento de setores da militância e de segmentos da classe trabalhadora nas principais questões que agitaram o cenário político da época, como as campanhas contra o nazifascismo e o integralismo, pela convocação da Assembléia Constituinte e pelo estabelecimento de uma constituição democrática, bem como nas mobilizações públicas pela anistia e pela realização de eleições livres e honestas e no quererismo.³

A participação nesses movimentos policlassistas abriu caminho para a retomada do processo de organização e mobilização coletiva dos trabalhadores no âmbito da esfera pública. Sobretudo a partir de 1945, à medida que se evidenciava o desfecho da guerra favorável aos aliados e que se deterioravam as bases da ditadura do Estado Novo, enquanto tomavam parte na campanha democrática, diversas categorias operárias na Bahia mobilizaram ações reivindicatórias contra a carestia, por aumento de salários, pelo abono de natal, por melhores condições de vida e de trabalho, pela revisão e materialização da legislação trabalhista. Também, pleitearam liberdade, autonomia e unidade sindical e o direito de greve.⁴

A partir de fontes da imprensa baiana, Petilda Vazquez constatou freqüentes manifestações dos comerciários, fumageiros e portuários na conjuntura da guerra. Segundo a autora, entre 1943 e 1944, os comerciários “constituíram o baluarte da luta contra o nazifascismo” na Bahia.⁵ Numa crônica da época, Jorge Amado situou a categoria ao lado dos estudantes e dos médicos “na primeira fila dos patriotas que vieram à rua pedir a guerra, quando

os irmãos foram vitimados pelo nazi-integralismo e que, depois, continuaram numa trincheira de luta contra os inimigos da Pátria”.⁶

Formado durante o Estado Novo, o Sindicato dos Empregados no Comércio do Salvador⁷ foi um dos primeiros a solidarizar-se com o movimento de mobilização popular para a guerra contra o nazifascismo. Em 1942, promoveu a criação da “Legião dos Comerciários”, que teve destacada atuação no movimento patriótico na Bahia, tomando parte em todas as campanhas pelas reivindicações democráticas e populares. Juntamente com a campanha patriótica e democrática, teve destacada atuação na luta contra a carestia, elaborando tabelas relativas ao aumento do custo de vida na Bahia e enviando memoriais às autoridades competentes reivindicando reajuste dos salários e pleiteando outros benefícios para a categoria. Aliado a isto apresentou sugestões contra a especulação e o câmbio negro e solidarizou-se com os estudantes baianos na campanha contra o aumento no preço dos bondes da Circular.⁸

Num memorial, dirigido ao presidente Getúlio Vargas, o Sindicato dos Comerciários reivindicou aumento de salários, decretação da semana inglesa, dilatação do período de férias para 25 dias úteis, estabilidade no emprego após cinco anos de serviço, participação nos lucros das empresas, pagamento integral do salário, por parte do Instituto de Aposentadoria, durante o período de enfermidade do associado e sindicalização obrigatória. À Associação Comercial e à Federação do Comércio, reivindicou alimentação mais barata, restaurantes e cooperativas de subsistência e vilas operárias. Também denunciou à Delegacia Regional do Trabalho o desrespeito, pelos comerciantes, do horário de encerramento das atividades, que os impedia de freqüentar a escola noturna mantida pelo sindicato, cobrando as providências cabíveis.⁹

Na época da implantação do programa governamental de restaurantes populares e de postos de venda de gêneros alimentícios, os sindicatos dos comerciários, dos tecelões, dos portuários, dos trabalhadores da construção civil e dos trabalhadores dos carris urbanos pressionaram os órgãos responsáveis para agilizarem a instalação de restaurantes e postos de abastecimento.¹⁰

Porém, conforme assinalou José R. Fontes, numa conjuntura ainda demarcada pelas restrições políticas e sindicais, em muitos casos foi a partir dos estímulos decorrentes da presença do Estado nas relações de classe que se processou “uma série de reivindicações que acabaram por gerar conflitos contra os patrões”.¹¹ Segundo este mesmo autor, já no biênio 1943/44, com a atenuação da repressão política, a retomada das manifestações públicas e o detrimento das

condições de trabalho e de salários, “as inquietações dos trabalhadores são bem mais expressivas”.¹² Isto apesar dos apelos para se empenharem na “batalha da produção” e para “apertarem os cintos” em função do “esforço de guerra”.¹³

Aos poucos os trabalhadores e seus organismos classistas aprenderam a lançar mão dos mecanismos legais e institucionais implementados pela política trabalhista estatal e a experimentá-los nas suas lutas por direitos, ao mesmo tempo em que contestavam seus limites, equívocos e distanciamento da realidade. No campo sindical, organismos classistas forjados pelos próprios trabalhadores reivindicaram o reconhecimento do Ministério do Trabalho e antigas lideranças operárias passaram a atuar no interior de sindicatos formados na órbita do sistema corporativista ou que se encontravam sob intervenção ministerial e disputaram internamente o controle de tais organismos. No plano jurídico, trabalhadores recorreram à legislação trabalhista, à Justiça do Trabalho, à burocracia do Ministério do Trabalho e também à negociação direta com os patrões, buscando conquistar, ampliar ou validar direitos e justiça nas suas relações de trabalho.¹⁴

A tese da “União Nacional” e a movimentação operária.

À medida que se desenhava um desfecho do conflito mundial com a derrota das ditaduras nazifascistas, que se deterioravam as bases de sustentação política do Estado Novo e que tomava curso o processo de democratização, a tese da “União Nacional” dava o tom do debate no meio político baiano, congregando setores da oposição liberal, trabalhistas getulistas e comunistas. Neste contexto, o periódico *O Imparcial*¹⁵ que, então, trazia uma linha editorial de tendência liberal, abraçou a campanha democrática, abrindo espaço para lideranças políticas e ativistas operários comunistas ao lado de udenistas, estudantes, profissionais liberais, intelectuais e diferentes personalidades, inclusive do meio militar, que manifestavam apoio à tese da “união nacional pela paz e pela democracia”.¹⁶ Todavia, enquanto os trabalhistas getulistas e a corrente hegemônica na direção do PCB traduziam a política de conciliação e colaboração de classes e no apoio a Getúlio,¹⁷ os setores da oposição liberal não admitiam concessões ao principal representante da ditadura estadonovista. Muito menos um papel de protagonista para as classes trabalhadoras no seu projeto liberal democrático.

No plano governista, como se sabe, os ideais conciliatórios e colaboracionistas estavam na essência dos propósitos que orientaram a “invenção do trabalhismo” getulista e ganharam

vigor na conjuntura do “esforço de guerra”, notadamente a partir de 1942, com a exaltação dos sentimentos patrióticos mobilizados em função dos ataques alemães aos navios brasileiros e com a participação do Brasil na Segunda Guerra. Os discursos de Getúlio Vargas durante as comemorações do 1º de Maio, veiculados através de uma poderosa máquina de propaganda coordenada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), as palestras radiofônicas do Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho,¹⁸ além de diversas entrevistas e pronunciamentos de políticos getulistas e de militantes trabalhistas que possuíam trânsito nos meios operários, representaram momentos privilegiados para a divulgação desses ideais junto às classes trabalhadoras. A partir de 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja origem esteve “profundamente ligada ao pragmatismo getulista”, ajudou a difundir esses ideais, através de suas bases políticas que atuavam junto aos sindicatos e no interior dos organismos burocráticos do Ministério e da Justiça do Trabalho.¹⁹

Entre os comunistas, a tese da “União Nacional” já se esboçava desde fins de 1938, contudo tornou-se hegemônica após a Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943, quando se consagrou na direção do PCB a linha de colaboração com o governo de Getúlio Vargas. Ideologicamente, era uma tentativa de transpor para a realidade brasileira uma diretriz dominante no campo das esquerdas, a nível internacional, para a conjuntura do pós-guerra, que atribuía à classe operária um papel basilar no processo de consolidação da paz e da democracia, através da colaboração com as “forças progressistas e democráticas” das classes dominantes. Politicamente, visava evitar um clima de intranquilidade política para não fomentar as forças da reação antidemocrática. Ao mesmo tempo, os comunistas objetivavam participar (e influenciar os rumos) do processo de construção da democracia e favorecer o encaminhamento dos projetos de anistia política e de legalização do PCB, abrindo caminho para o soerguimento do partido.²⁰

Destarte, a orientação para que os trabalhadores “apertassem os cintos” e para que evitassem as greves antes que fossem esgotados todos os recursos pacíficos inseria-se no esforço maior dos comunistas, visando evitar que “a reação” utilizasse as inquietações operárias como justificativa para reverter o processo de restabelecimento das liberdades democráticas. Em linhas gerais, a tese unionista e colaboracionista, sistematizada por Prestes ainda na prisão,²¹ desdobrou-se no apoio do PCB ao esforço de guerra, na aproximação dos comunistas com Getúlio Vargas, na defesa da Constituinte com Getúlio e na adesão ao “queremismo”. Em contrapartida, os comunistas receberam “uma certa tolerância da parte do governo federal”.²²

Diversos documentos e pronunciamentos de destacadas personalidades políticas e de proeminentes lideranças sindicais, amplamente divulgados na imprensa comunista e em jornais da oposição liberal democrática naquele contexto, expressaram essa mesma orientação política. No início de março, o advogado e jornalista comunista baiano, João Falcão, conclamou a “unidade de todas as forças democráticas e progressistas” para a “restauração pacífica” da democracia brasileira “dentro da ordem”. Conforme argumentou, somente pela cooperação pacífica, pelo entendimento e pela colaboração entre as classes se resolveriam “todos os problemas que interessam ao proletariado e ao povo brasileiro”.²³

Nos meios operários, o apoio à política de “União Nacional” e a defesa das teses colaboracionistas alimentavam expectativas de recompensas para um futuro de paz e democracia. Em janeiro de 1945, em comício comemorativo pelo terceiro aniversário do rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo, do alto de um palanque instalado pela Prefeitura na Praça da Sé, diante da “grande massa popular”, o ativista operário comunista Juvenal Souto Júnior ressaltou o apoio dos trabalhadores baianos à política de guerra do governo contra o fascismo e conclamou a união do povo e a unidade da classe operária para enfrentar os problemas da transição entre a guerra e a paz. Conforme declarou, cessado o conflito internacional, os trabalhadores deviam permanecer lutando “pelo progresso do Brasil e por uma paz democrática, bem como pelo bem estar social do povo brasileiro e por uma legislação trabalhista cada vez mais aperfeiçoada”.²⁴

O discurso de Juvenal Souto Júnior expressa bem a posição do movimento operário sindical naquele contexto político. Para as lideranças sindicais e, certamente, para o conjunto do operariado, o esforço de guerra, a união e a colaboração em prol da democracia vinculavam-se à luta pelo bem estar da população e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Havia, assim, uma correlação direta entre o sacrifício de guerra e as expectativas alimentadas para o tempo de paz, no que diz respeito ao progresso econômico, ao bem-estar social e à solução das reivindicações do proletariado.

Certamente, o apelo patriótico mobilizado por tais campanhas e o esforço para atrair o apoio dos trabalhadores ajudaram a estreitar as ligações dos sindicatos e do ativismo operário com suas respectivas bases operárias. Assim aconteceu durante a “Semana Trabalhista” contra o integralismo, quando foram realizadas assembléias em muitos sindicatos e locais de trabalho, a exemplo dos Sindicatos dos Marceneiros, dos Empregados no Comércio Armazenador, dos

Padeiros, dos Empregados em Hospitais e Casas de Saúde, dos Barbeiros, dos Portuários, dos jornalheiros e dos Estivadores. Neste caso, os representantes trabalhistas nas organizações patrióticas recorreram à ajuda do delegado regional do trabalho para a mobilização dos sindicatos no sentido de associar os trabalhadores ao movimento anti-integralista. Igualmente, o MUT promoveu assembléias e organizou comícios em locais de grande concentração operária como a Plataforma, a Boa Viagem, as Docas do Porto, buscando acessar os trabalhadores e seus familiares. Também, comissões democráticas foram fundadas em Itapagipe, Pelourinho e Baixa dos Sapateiros.²⁵

Em abril de 1945, um manifesto das federações de trabalhadores do Rio de Janeiro, aos sindicatos e aos trabalhadores em geral, desaconselhando as greves e recomendando a busca pela via jurídica “por meio de dissídios individuais ou coletivos”, foi subscrito e assinado pelos presidentes de dezesseis sindicatos baianos e entregue à Delegacia Regional do Trabalho de Salvador (DRT), sob pretexto “de evitar o perigo de infiltrações de elementos interessados em lançar a discórdia nos meios trabalhistas e provocar greves sob diversos pretextos”.²⁶

Todavia, na prática, a definição dessa orientação política deixou a militância operária numa situação contraditória e alimentou tensões no interior dos sindicatos, pois enquanto as diretorias recomendavam paciência e cautela havia uma demanda efetiva por direitos e uma crescente insatisfação nos meios operários. Estas não podiam ser ignoradas por seus interlocutores classistas, sob pena de verem desmoronar o prestígio e a credibilidade que haviam granjeado junto às suas respectivas bases. Entrementes, podiam ser capitalizadas em favor de seus projetos políticos..

Greves e outras ações reivindicatórias

A conjuntura inaugurada em 1945 e que se estendeu até o primeiro trimestre de 1946 foi marcada pela ampliação dos horizontes de participação política e social do operariado tanto a nível nacional quanto no estado da Bahia. Representou um período de ascensão do processo de organização e mobilização coletiva dos trabalhadores urbanos. Enquanto participavam ativamente das campanhas mobilizadas pela “frente democrática” e procuravam colaborar com a política de “União Nacional”, setores orgânicos do operariado baiano juntamente com suas bases encetaram a luta por aumento de salários e levantaram as bandeiras da autonomia, da liberdade e

da unidade sindical e do direito de greve. Ao mesmo tempo, empenharam esforços na organização de diversas categorias operárias nos seus locais de trabalho e através de campanhas de sindicalização.

Em maio de 1945, um memorial do sindicato dos padeiros de Salvador, encaminhado à Associação dos Estabelecimentos de Padaria, reivindicando aumento salarial, argumentou que durante o “esforço de guerra” o proletariado não poupou esforços, colaborando “com a melhor boa vontade” pelo êxito da pátria e para que muitas empresas auferissem lucros extraordinários. Em contrapartida, denunciou que ao término da guerra os trabalhadores encontravam-se “subalimentados e doentes”, pois ninguém podia negar que o ônus maior do desajustamento entre salário e o custo de vida “recaía sobre a classe obreira”. Logo, esperavam “senão uma recompensa” pelo esforço empenhado, “pelo menos uma justa remuneração”.²⁷ Certamente, este sentimento era compartilhado por outras tantas categorias de trabalhadores que mobilizaram ações reivindicatórias no imediato pós-guerra.

Alem disso, como têm indicado diversas pesquisas, apesar das recomendações de ordem, disciplina e cautela, a militância operária, tanto de orientação comunista quanto trabalhista, não atuou como mera “correia de transmissão” junto aos trabalhadores.²⁸ Neste sentido, em seu estudo sobre o Rio Grande do Sul, Alexandre Fortes observou que:

Mesmo sob a coordenação da estrutura partidária geral, a militância de base do partido (PCB) estava longe de aplicar cegamente sua linha sindical sobre uma base amorfa. Ao contrário, os militantes comunistas reelaboravam as orientações partidárias a partir da sua experiência como operários. Para imprimir um direcionamento às entidades, precisavam ter a capacidade de propor alternativas às questões colocadas na sua agenda coletiva, para as quais muitas vezes o partido não tinha respostas preestabelecidas.²⁹

Aliado a isto, o sacrifício decorrente do “esforço de guerra”, que se refletiu no aumento do custo de vida, na deterioração dos salários e na ampliação da exploração da mão de obra, alimentava expectativas entre os trabalhadores de recompensas ao término do conflito mundial. Mesmo porque, as campanhas de mobilização popular acenavam com promessas de “progresso econômico”, de “bem-estar social do povo” e de atendimento das “reivindicações das classes proletárias”, nutrindo perspectivas de “uma vida melhor” no final da guerra.³⁰ Ademais, a militância operária e as lideranças sindicais não podiam ignorar que os próprios trabalhadores, aproveitando-se do “surto de liberdade que sacudia o país, aos poucos iam reconquistando o direito de greve, apesar das leis proibitivas”.³¹ Logo, eram impelidas a se posicionarem entre a

fidelidade aos compromissos partidários e apoio aos movimentos grevistas “espontaneamente” deflagrados pelos trabalhadores.

No biênio 1945/46, a ação direta e a via jurídica foram empreendidas por diversas categorias operárias da capital e do interior da Bahia, na luta por direitos. Com base em fonte jornalística, José Raimundo Fontes identificou movimentações reivindicatórias de 26 categorias operárias, em torno de pleitos salariais, no decorrer de 1945, resultando em 6 dissídios coletivos na Justiça do Trabalho. Já para 1946, o autor arrolou 34 categorias envolvidas em mobilizações, que ocasionaram outros 17 dissídios coletivos.³² A partir da pesquisa desenvolvida pelo mesmo autor, de processos trabalhistas e de novas visitas à fonte jornalística, localizamos a ocorrência dez greves em 1945 e oito em 1946 na Bahia.

A maioria das greves ocorridas em 1945 concentrou-se no segundo semestre e foi motivada por reivindicações salariais. Outro aspecto relevante a ser anotado a respeito dessas greves diz respeito à importante atuação das comissões operárias e à ausência da liderança e do apoio das direções dos sindicatos na organização da maioria desses movimentos. Entrementes, sobressai-se a atuação da DRT e de setores da militância trabalhista e comunista na intermediação da conciliação.³³ Pelo visto, na Bahia tal como assinalou Hélio da Costa em relação a São Paulo:

No cotidiano da ação sindical os discursos e a retórica do partido falaram mais baixo do que as vozes dos trabalhadores, menos interessados em apertar o cinto e mais empenhados em reivindicar aumento de salários, abono de natal, melhores condições de trabalho, fim do despotismo fabril. Era com esse cenário que as entidades sindicais teriam que se credenciar diante de suas bases.³⁴

Durante o ano de 1946, diversas categorias de trabalhadores também mobilizaram ações reivindicatórias na Bahia. Juntamente com o encaminhamento de memoriais e petições reivindicatórias aos empregadores e às autoridades governamentais e com a movimentação de vários dissídios coletivos e reclamações individuais na Justiça do Trabalho, identificamos oito movimentos grevistas. Destas, seis se concentraram no primeiro trimestre, abrangendo cinco categorias operárias - portuários, têxteis, bancários, açucareiros e ferroviários. Seis dessas greves tiveram como principal motivação alguma reivindicação de natureza econômica: aumento de salário, abono natalino, ressarcimentos de descontos indevidos; uma foi em protesto contra a presença policial no local de trabalho e a outra em solidariedade a colegas de trabalho. Outro aspecto importante a destacar foi o êxito alcançado pelos trabalhadores na maioria dessas greves.

Apenas a parede deflagrada em janeiro pelos operários têxteis de Salvador, pelo abono natalino, destoa desta última observação.

A movimentação dos trabalhadores, especialmente a escalada grevista iniciada em meados de 1945 e intensificada no início de 1946, motivada, sobretudo, pelas reivindicações de aumento de salário e do abono de natal, causou perplexidade entre os empregadores baianos. Diante do clima de “intensa agitação” existente “em vários ramos de atividade da indústria baiana”,³⁵ os patrões geralmente agiram com intransigência, lançando mão de medidas arbitrárias e/ou apelando para os aparelhos repressivo e jurídico estatais na tentativa de dissuadir as iniciativas dos trabalhadores, sob a justificativa de assegurar a disciplina e a ordem no local de trabalho. Concomitantemente, esboçava-se a reação autoritária, anticomunista e antioperária.³⁶

Conforme assinalou Ricardo Maranhão, na conjuntura que se abriu com o desfecho da Segunda Guerra, o tema “da construção da democracia reorientou particularmente as ações e as expectativas referentes ao movimento operário”. Em 1945/46, no imediato pós-guerra, “diante de uma mobilização e participação da classe operária nunca antes vista na história do Brasil, as atenções dos grupos políticos se voltam para ela, mesmo que para propor sua exclusão”.³⁷

As situações relatadas neste texto discrepam, portanto, das teses que freqüentemente afirmaram uma suposta insignificância política do operariado baiano antes do advento da indústria petrolífera. Igualmente, contrariam as assertivas que primaram pela incapacidade organizativa, reivindicatória e pela ausência de uma cultura de classe entre os trabalhadores baianos, quase sempre os reduzindo à condição de massa manipulável, submetida ao jugo de interesses e disputas políticas protagonizadas pelos seus interlocutores sociais: patrões, Estado, políticos, autoridades administrativas, comunistas, sindicalistas, etc. Situação que estaria associada ao passado escravista, à origem rural e à baixa qualificação profissional do operariado. Neste sentido, afasta-se das abordagens que qualificaram os sindicatos como meras correias de transmissão, que cumpririam o mero papel de amortecedores dos conflitos de classe e invariavelmente agiam em descompasso com os legítimos interesses das classes trabalhadores.³⁸

* Edinaldo Antonio Oliveira Souza é Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia; mestre e doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia, autor do livro *Lei e Costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Ba, 1940-1960)* e da vários artigos nesse campo de estudo. Endereço eletrônico: edyaos@ig.com.br

¹ José de Jesus Silva, ativista operário, presidente do Sindicato dos Estivadores na Bahia, defendendo-se da acusação, veiculada na imprensa, de que era contra as greves. “Os operários não tem candidatos”. *O Momento*, 30/4/1945, p 5.

² FALCÃO, João. *Valeu a pena – Desafios da minha vida*. Brasília, DF; Lauro de Freitas, Ba: Fundação Astrogildo Pereira/ Ponto e Vírgula, 2009, pp. 137-39.

³ FALCÃO, op. cit.; VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo Democrático e Sindicalismo. Bahia – 1942/1947*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 1986. FONTES, José R. *A Bahia de todos os trabalhadores*. Classe operária, sindicatos e política. 1930-1947. Tese (Doutorado em História). São Paulo: PPGH/ USP, 1996; SENA JR., Carlos Zacarias. *Os Impasses da Estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

⁴ Na conjuntura da guerra, Petilda Vazquez constatou freqüentes manifestações dos comerciários, fumageiros e portuários, a partir de reportagens do matutino *O Imparcial*. Segundo a autora, entre 1943 e 1944, os comerciários “constituíram o baluarte da luta contra o nazifascismo”. (VAZQUEZ, op. cit., p. 60). Ver também: FONTES, op. cit.

⁵ VAZQUEZ, op. cit., p. 60.

⁶ “Os comerciários, por Jorge Amado”. *O Imparcial*, 27/8/1943. Apud VAZQUEZ, op. cit., p. 60.

⁷ O Sindicato dos Empregados no Comércio do Salvador foi criado por força do decreto-lei federal nº 1492, de 5 de julho de 1939, a partir da fusão de quatro organizações sindicais de comerciários preexistentes, e foi reconhecido oficialmente em 1940 (“Pequena história dos sindicatos. O Sindicato dos Empregados no Comércio da Cidade do Salvador”. *O Momento*, 23/4/1945, p 3).

⁸ Ibid.; VAZQUEZ, op. cit., pp. 60/1.

⁹ VAZQUEZ, op. cit., p. 61/2

¹⁰ Ibid.

¹¹ De acordo com levantamento realizado por Fontes, a partir da imprensa baiana, não foi registrada nenhuma greve na Bahia no período de 1937 a 1944. Conforme salientou, neste período os descontentamentos entre os trabalhadores continuaram vigorando, mas foram contidos nos marcos do aparelho do Estado e não transbordaram as fronteiras das unidades de trabalho e, quando muito, das categorias isoladas. (FONTES, op. cit., p. 160).

¹² Ibid., p. 161. Ver também: SAMAPIO, Consuelo Novais. “A Bahia na Segunda Guerra Mundial”. *Olho da História. Revista de História Contemporânea*. Salvador: nov. 1995, nº 1, pp. 89-105; FALCÃO, João. *Valeu a pena – Desafios da minha vida*. Brasília, DF; Lauro de Freitas, Ba: Fundação Astrogildo Pereira/ Ponto e Vírgula, 2009; VAZQUEZ, op. cit.; TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. ampl. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador: Edufba, 2001; SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Tese de doutorado. Salvador: FFCH/UFBA, 2007; MOUTINHO, Augusto C. Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FFCH/UFBA, 2002.

¹³ Sobre o “esforço de guerra” na Bahia, ver VASQUEZ, op. cit., pp. 28-34. Ver também: SAMAPIO, Consuelo Novais. “A Bahia na Segunda Guerra Mundial”. *Olho da História. Revista de História Contemporânea*. Salvador: nov. 1995, nº 1, pp. 89-105; FALCÃO, João. *Valeu a pena – Desafios da minha vida*. Brasília, DF; Lauro de Freitas, Ba: Fundação Astrogildo Pereira/ Ponto e Vírgula, 2009; VAZQUEZ, op. cit.; TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. ampl. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador: Edufba, 2001; SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Tese de doutorado. Salvador: FFCH/UFBA, 2007; MOUTINHO, Augusto C. Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FFCH/UFBA, 2002.

¹⁴ VASQUEZ, op. cit.; FONTES, op. cit.; SOUZA, Edinaldo A. O. *Lei e costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: PPGH/ FFCH/ UFBA, 2008; SENA JR, C. Z. “Os comunistas e a escalada grevista de 1945-1956 na Bahia”. In: LEAL, M. G.; MOREIRA, R. N. ; CASTELLUCCI Jr., W (Orgs.). *Capítulos de História da Bahia*. Novos enfoques, novas abordagens. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 196/7.

¹⁵ Jornal diário, editado na capital, pertencente à família do coronel Franklin Lins de Albuquerque, importante chefe político do interior da Bahia. Comandado pelo jornalista Wilson Lins, filho do coronel Lins do Albuquerque, nesse contexto *O Imparcial* apresentava uma linha editorial e ideológica de tendência liberal, que se destacou na campanha contra o “quinta-colunismo” e na defesa da política de “união nacional pela democracia e pelo progresso”, propagando as principais bandeiras democráticas: eleições, anistia, constituinte, liberdade de imprensa. Em 1945, abriu amplo espaço para os comunistas e outras correntes de esquerda favoráveis à tese da União Nacional e à democracia. Contudo, a partir de 1946 a simpatia dedicada a Prestes e aos seus correligionários logo se converteu radicalmente numa postura anticomunista, sobretudo após a campanha comunista pela convocação imediata da Constituinte com Getúlio e com o prenúncio da conjuntura da guerra fria. (Ver: SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: FFCH/ UFBA, 1987; VAZQUEZ, op.

cit. Ver também: *O Imparcial*, 1945 a 1948, vários exemplares). Segundo Sena Jr., antes o periódico fora “porta-voz oficioso” da Ação Integralista Brasileira (AIB). (SENA JR., *Os Impasses da Estratégia*., op. cit., p. 134.)

¹⁶ Cf. diversas edições de *O Imparcial* ao longo de 1945.

¹⁷ Esta passou a ser a posição hegemônica na direção do PC, após a Conferência da Mantiqueira (28 a 30 de agosto de 1943). O evento consagrou a vitória da linha de “união nacional” em colaboração com o Governo Vargas que derrotou a tese de colaboração com setores “progressistas” da burguesia, que se encontravam na oposição à ditadura getulista, agregados em torno da União Democrática Nacional (UDN). (MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização* (São Paulo, 1945/1950). São Paulo: Brasiliense, 1979)

¹⁸ Ver: MARCONDES FILHO, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil*. Edição Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: www.ebooksbrasil.com

¹⁹ Sobre a criação e a trajetória do PTB, ver GOMES, Ângela M. de Castro. *A invenção do trabalhismo...*; DELGADO, Lucília de A. Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)...*; GOMES, Ângela M. de Castro, D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989; D’ARAÚJO, Maria Celina. “Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, (3), 6, 1990, p. 196-206; GOMES, Ângela de Castro. “Partido trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. In FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. (As esquerdas no Brasil; v.2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 53-81. Ver também: FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Sobre as alianças entre comunistas e trabalhistas no período, ver: SANTANA, Marco Aurélio. “Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)” In FERREIRA, Jorge,; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. (As esquerdas no Brasil; v.2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 53-81.

²⁰ MARANHÃO, Ricardo, op. cit., pp. 29/33. Sobre a defesa da tese da “União Nacional” pela esquerda comunista, ao nível nacional, ver: “O Momento político nacional. A posição das esquerdas”. *O Imparcial*, 6/3/1945, p. 2. Acerca da apropriação dessa tese pelos ativistas operários baianos, ver discurso do líder operário e ativista comunista Juvenal Souto Júnior no comício comemorativo pelo terceiro aniversário do rompimento de relações do Brasil com os países do Eixo, realizado na Praça da Sé, promovido por organizações estudantis e cívicas e que contou “com a presença de grande massa popular”. (“O povo unido contra o fascismo e por uma paz duradoura”. *O Imparcial*, 30/1/1945, p. 5).

²¹ PRESTES, Luiz Carlos. “Aos comunistas o que convém é a consolidação das conquistas democráticas”. Documento datado de 23 de maio de 1944. *O Imparcial*, 20/3/1945, p. 5.

²² NEGRO, Antonio Luigi. “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-Guerra”. In: *História*, v. 21. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2002, p. 257.

²³ “O Momento político nacional. A posição das esquerdas”. *O Imparcial*, 6/3/1945, p. 2

²⁴ “O povo unido contra o fascismo e por uma paz duradoura”. *O Imparcial*, 30/1/1945, p. 5.

²⁵ “Assembléias nos sindicatos contra o integralismo”. *O Imparcial*, 5/6/1945, p. 1,5.

²⁶ “O proletariado contra as greves de provocação. Manifesto das Federações dos Trabalhadores aos grevistas”. *O Imparcial*, 7/4/1945, p. 4; “Um Manifesto dos Trabalhadores Baianos”. *O Imparcial*, 17/4/1945, p. 5)

²⁷ “Os padeiros querem o acréscimo de sessenta por cento nos seus salários. Memorial apresentado à Associação dos Estabelecimentos de Padaria nesta capital”. *O Imparcial*, 17/5/1945, p. 3

²⁸ NEGRO, A. L.. “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais...”, op. cit., p. 257. Ver também: GARCIA, Marco Aurélio. “Notas sobre o PCB nos anos 40”. Campinas, SP, 1987. (Manuscrito); PAOLI, Maria Célia. *Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania, leis de trabalho no Brasil: 1930-1950*. Birkbeck College - London University, 1988; COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995; SILVA, Fernando T. da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968. São Paulo: Hucitec, 1995.

²⁹ FORTES, Alexandre. “Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In: FORTES, Alexandre [et. al.] *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 39.

³⁰ MARQUES, Carlos. “O que a Bahia espera da paz”, *O Imparcial*, 6/2/1945, pp. 4, 8.

³¹ “Os trabalhadores e a democracia...”, op. cit., p.7.

³² FONTES, op. cit., p. 162. Ver também: SOUZA, E., op. cit.

³³ Cf. VAZQUEZ, op. cit; FONTES, op. cit.; SENNA JR, C. Z. “Os comunistas e a escalada grevista...”, op. cit..

³⁴ COSTA, op. cit., p. 36.

³⁵ “As greves, suas origens e seu término”. Coluna do trabalhador. *Diário da Bahia*, 16/1/1946, p. 2.

³⁶ O decreto-lei 9.070 , publicado pelo Presidente Dutra em 15 de março de 1946, restringiu o direito de greve. Ver também: “Repressão às greves”. *Correio Trabalhista*, 19/3/1945, p. 3.

³⁷ MARANHÃO, op. cit., p. 19

³⁸ Refiro-me especialmente a: OLIVEIRA, Francisco de. *O Elo Perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987; GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Um sonho de classe*. Trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta. São Paulo: HUCITEC, 1988.